

Acervo em	Recebidos em	Baixados em 2.020	Acervo atual
1.524	2.157	3.115	159

Por localização

Os processos em tramitação podem estar localizados no gabinete do Relator, nos gabinetes de outros Ministros, em outros setores ou mesmo fora do Tribunal.

Um processo é remetido ao gabinete de Ministro que não seja seu relator quando há pedido de vista; para revisão de ações penais e ações rescisórias; para redação do acórdão, se o Relator for vencido; e para deliberação sobre medida urgente nos períodos de recesso e férias e em casos de vacância, licença ou ausência do Relator, nos termos regimentais.

Localização	Qtd.
GABINETE MINISTRO LUIZ FUX	110
ÓRGÃOS EXTERNOS	8
SETORES INTERNOS	41
Soma:	159

Observação: os processos localizados nos setores internos aguardam providências cartorárias: publicação, intimação, decurso de prazo, trânsito e baixa.

Processos de outros Relatores localizados no Gabinete	Qtd.
GABINETE MINISTRO LUIZ FUX	23

Produção

A decisão final é o ato que põe termo ao processo, ainda que não chegue a analisar o mérito (ex.: não conhecimento, prejudicialidade, homologação de desistência, declinação de competência, etc.). Por essa razão é o principal marco da tramitação processual.

No curso do processo são proferidos, também, decisões interlocutórias e despachos.

As decisões interlocutórias resolvem questões incidentais (pedidos cautelares, de extensão, de intervenção de terceiros, etc.) ou determinam o sobrestamento da causa até que se realize determinada condição, como o julgamento de outro processo.

Os despachos, por fim, servem para dar impulso ao processo (ex.: pedido de informações a autoridades ou a outros juízos, encaminhamento à PGR para parecer, determinação de citação, intimação ou outras diligências) e não são recorríveis.

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Decisão em recurso interno		63	145	128	195	154		124	66	2
Decisão Final		424	483	396	474	447	36	681	95	4

	11	Soma:
Decisão em recurso interno		877
Decisão Final	2	3.042

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Decisão Interlocutória	1	25	26	22	23	20		13	3	
Decisão Liminar	1	43	35	32	34	35	7	53	11	1
Decisão Rep. Geral		1	1	1	1	3		2	2	1
Decisão Sobrestamento		1		1	1	2		4		
Soma:	2	557	690	580	728	661	43	877	177	8

Acervo atual

O acervo processual de cada Ministro é composto pelos processos que recebeu do Ministro cuja vaga ocupou - que se encontram em diversas fases de tramitação - e por feitos novos, distribuídos após sua posse.

No acervo há feitos pendentes de decisão final e processos que já tiveram decisão final mas aguardam apreciação de recurso (agravo regimental, embargos de declaração, embargos de divergência e embargos infringentes), de outro pedido incidental, liberação de decisão ou acórdão para publicação, decurso de prazo processual, realização de comunicações ou outras providências.

Acervo atual	Eletrônico	Físico	Soma:
Originária	100	15	115
Recursal	41	3	44
Soma:	141	18	159

Por classe

As classes processuais são divididas, no STF, entre recursais e originárias. São classes recursais o recurso extraordinário (RE), o recurso extraordinário com agravo (ARE) e o agravo de instrumento (AI). São classes originárias todas as demais, incluídos os recursos ordinários.

Classes recursais	Qtd.
ARE	9
RE	35
Soma:	44

Controle concentrado	Qtd.
ADC	2
ADI	60
ADO	2

Classes criminais originárias	Qtd.
AP	2
Ext	4
HC	9
PPE	3
RHC	1
Soma:	19

Demais originárias	Qtd.
ACO	4
AO	5
AR	1
MS	11
Pet	2
Rcl	2
Soma:	25

	11	Soma:
Decisão Interlocutória		133
Decisão Liminar		252
Decisão Rep. Geral		12
Decisão Sobrestamento		9
Soma:	2	4.325

Controle concentrado	Qtd.
ADPF	7
Soma:	71

Processos em tramitação por ano de autuação

Na tabela abaixo encontramos o acervo total de processos que se encontram em tramitação por ano de autuação. Um processo, quando aporta pela primeira vez no Tribunal, é objeto de registro denominado autuação. São autuados tanto os feitos ajuizados diretamente no STF e aqueles advindos de outros juízos e tribunais, na forma de recurso. No caso dos recursos, a data de autuação corresponde à data de seu recebimento pelo STF, independentemente da data de ajuizamento da ação principal.

Ano de Autuação	Originária	Recursal	Soma:
2.020	19	2	21
2.019	14	7	21
2.018	11	4	15
2.017	10	5	15
2.016	6	7	13
2.015	17	4	21
2.014	4	5	9
2.013	9	1	10
2.012	1	5	6
2.011	3	1	4
2.010	1	2	3
2.009	2	1	3
2.008	3		3
2.007	2		2
2.006	2		2
2.005	2		2
2.003	1		1
2.002	2		2

1.998	3		3
1.993	1		1
1.986	2		2
Soma:	115	44	159

Indicadores do Planejamento Estratégico STF Rumo a 2020

Tema: Prestação Jurisdicional

Indicador de Congestionamento – ICNG:

Mede a produtividade do Tribunal em relação à carga de trabalho total, que compreende não só os processos recebidos, mas também aqueles que tramitavam no início do período avaliado (acervo inicial).
Meta: manter o índice de congestionamento de processos em até 39% até 2020.

META ICNG 2.020: ≤ 39%	Resultado STF	Resultado do Ministro
Resultado parcial 2.020	34,29%	29,87%

Indicador de Trâmite Processual – ITPR:

Revela a média aritmética entre o tempo de tramitação dos processos em estoque e o tempo dos processos baixados no período de análise.
Meta: manter o tempo médio de tramitação em até 519 dias até 2020.

META ITPR 2.020: ≤ 519	Resultado STF	Resultado do Ministro
Resultado parcial 2020	312,86	300,83

Indicador de Processos Antigos - IPA:

Mede a relação entre o número de processos com mais de cinco anos de autuação e o acervo.

Meta: diminuir progressivamente o acervo de processos com mais de cinco anos de ingresso no Tribunal para, no máximo, 15% do total até 2020.

Meta 2018: 16,60% / Meta 2019: 15,80% / Meta 2020: 15,00%

META IPA 2.020: ≤ 15%	Resultado STF	Resultado do Ministro
Resultado parcial 2.020	11,28%	43,40%

Para detalhes sobre os indicadores, ver [Planejamento Estratégico STF Rumo a 2020](#).

Observação:

O critério utilizado para o cálculo dos indicadores do Planejamento Estratégico considera a data de autuação dos processos, inclusive para aqueles que tiveram redistribuição ou substituição de relatoria.

por situação

A decisão final é o ato que põe termo ao processo, ainda que não chegue a analisar o mérito (ex.: não conhecimento, prejudicialidade, homologação de desistência, declinação de competência, etc.). Por essa razão é o principal marco da tramitação processual.

		Qtd.	Soma
Sem decisão final	Em instrução (sem decisão)	17	87
	Com alguma decisão (exceto decisão final)	70	
Com decisão final	Com recurso interno pendente	27	72
	Sem recurso interno pendente	45	
Total			159

Processos sem decisão final

Em regra, os feitos requerem instrução (reunião de documentos e informações complementares, manifestação do Procurador-Geral da República ou outras diligências) para que se tornem aptos para julgamento.

Em instrução (sem decisão)

Com alguma decisão (exceto decisão final)

Compreende processos que tiveram movimentação como pedido de informações, determinação de diligência, vista à PGR, agendamento para julgamento colegiado e suspensão do julgamento por pedido de vista.

Em mesa/pauta	11
----------------------	-----------

Com pedido de vista	2
----------------------------	----------

Recurso interno pendente*	
----------------------------------	--

*Ainda que os despachos sejam irrecorríveis, pode haver interposição de recurso interno, que deverá ser apreciado e submetido a julgamento.

Demais situações	4
-------------------------	----------

Localização	Qtd.
GABINETE MINISTRO LUIZ FUX	14
SETORES INTERNOS	3
Soma:	17

Compreende processos que tiveram decisões interlocutórias, liminares, de sobrestamento e em recurso interno proferidas antes da decisão final.

Sobrestado	
-------------------	--

Em mesa/pauta	52
----------------------	-----------

Com pedido de vista	4
----------------------------	----------

Acórdão pendente de publicação	
---------------------------------------	--

Recurso interno pendente	3
---------------------------------	----------

Demais situações	12
-------------------------	-----------

Localização	Qtd.
GABINETE MINISTRO LUIZ FUX	60
ÓRGÃOS EXTERNOS	5
SETORES INTERNOS	5
Soma:	70

Processos com decisão final

A decisão final não marca o fim da tramitação processual, que só ocorre com a baixa, momento em que se encerram todas as atividades – jurisdicionais e cartorárias – no processo.

Após a decisão final, são necessárias providências complementares, como a publicação da decisão ou acórdão, a expedição de comunicações e a contagem do prazo processual.

Se não houver recurso, ocorrerá o trânsito em julgado da decisão e, subsequentemente, a baixa do processo ao arquivo ou à origem.

Se, no entanto, for apresentado recurso interno ou outro pedido incidental, o processo será encaminhado ao Relator para apreciação.

Com recurso interno pendente

São recursos internos o agravo regimental, os embargos de declaração, os embargos infringentes e os embargos de divergência.

As partes podem interpor recurso de qualquer decisão e o Tribunal deverá apreciá-lo mesmo que se trate de decisão irrecorrível.

Sobrestado	
Em mesa/pauta	6
Com pedido de vista	9
Acórdão pendente de publicação	
Demais situações	12

Localização	Qtd.
GABINETE MINISTRO LUIZ FUX	16
SETORES INTERNOS	11
Soma:	27

Sem recurso interno pendente

São processos que aguardam a publicação de decisão ou acórdão, a realização de comunicações processuais, o decurso de prazo, o julgamento de outros incidentes ou outras providências.

Sobrestado	
Em mesa/pauta	13
Com pedido de vista	1
Acórdão pendente de publicação	3
Aguarda providências complementares	28

Localização	Qtd.
GABINETE MINISTRO LUIZ FUX	20
ÓRGÃOS EXTERNOS	3
SETORES INTERNOS	22
Soma:	45

